

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_\_/2010.**

**(DO SR. VALDIR COLATTO)**

Solicita informações a Senhora Ministra do Meio Ambiente sobre Decreto a ser editado em setembro com medidas para cortar o crédito rural de produtores rurais que descumprirem regras sobre desmatamento nas áreas localizadas no bioma do cerrado.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>, com base no art. 50,§ 2º, da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações a Senhora Ministra do Meio Ambiente, no sentido de esclarecer esta Casa quanto às notícias veiculadas na imprensa nacional sobre entrevista, dando conta que em setembro será editado Decreto Presidencial com medidas para cortar o crédito rural de produtores rurais com imóveis que apresentem indicações de não cumprimento de dispositivos da legislação ambiental, com o objetivo de conter o desmatamento, sobretudo nas áreas localizada no bioma do cerrado.

Como a notícia foi divulgada explicitando que as medidas a serem implementadas objetivam cortar o crédito rural de produtores com imóveis rurais em uma área de quase 24% do território nacional, sem precisar os dispositivos da legislação ambiental que seriam considerados, os produtores rurais brasileiros se inquietam e se sentem inseguros para programar os investimentos para a próxima safra. Isso porque a legislação ambiental é ampla, contém dispositivos questionáveis e vem sendo objeto de ampla discussão no Congresso Nacional com vista a adequá-la às condições atuais e assegurar mecanismos para que os

produtores rurais que dispõe de áreas em desacordo com os dispositivos acordados, possam regularizar os seus imóveis.

Sabe-se ainda, que a implantação de medida semelhante na região norte, vem causando sérias limitações aos setores produtivos e comprometendo as aplicações de recursos de entidades financeiras. Ademais, sabe-se que as medidas implementadas não foram suficientemente discutidas com a sociedade e excluída a participação do setor privado conforme determinação constitucional no que se refere à política agrícola. Assim, julgamos necessários os seguintes esclarecimentos:

- a) Qual o inteiro teor da minuta do Decreto que pretende impedir o acesso a crédito dos produtores que apresentem indicações de não cumprimento de dispositivos da legislação ambiental;
- b) Qual a fundamentação legal que permite ao MMA indicar procedimentos que alteram a legislação de crédito rural e a autonomia dos agentes financeiros na aplicação dos recursos;
- c) Avaliar do ponto de vista sócio-econômico e financeiro os impactos possíveis decorrentes da limitação de acesso ao crédito aos produtores rurais que porventura se apresentem irregulares quanto às normas ambientais;
- d) Detalhar estimativa de área e número de propriedades por Estado que potencialmente podem ser afetados pela medida em estudo e que pretende ser implementada, ainda em setembro deste ano conforme divulgado pela imprensa.

Sala das Sessões, em        de agosto de 2010.

**Deputado VALDIR COLATTO**